



Processo nº 2207202401/2024

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 027/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Administração

Objeto: Serviços de acesso à internet

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração de Lagoa de Velhos/RN, para contratação de serviços de acesso à Internet por meio de fibra óptica, englobando a instalação e locação dos equipamentos de acesso necessário ao funcionamento da conectividade, incluindo os insumos e serviços de adequações necessários.

Após a instrução processual da fase preparatória, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.

DO MÉRITO

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tais valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023¹, que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento simplificado. *MLB*

¹ Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.



Inicialmente, da instrução processual, recomenda-se sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021², necessários ao procedimento de contratação direta.

Da análise dos autos, observa-se a respectiva abertura com DFD expedido pela Secretaria solicitante, Termo de Referência, estimativa de despesa, informação de disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Quanto à justificativa, é o que se observa do DFD:

2.1. Considerando a necessidade de uso da Internet na sede da Prefeitura e nas Secretarias Municipais, visando melhorar o desempenho de suas atividades, no intuito de proporcionar maior agilidade das ações preponderantes ao seu crescimento e acima de tudo à manutenção da qualidade dos serviços prestados à população deste Município como um todo. Solicitamos a contratação de um serviço com alto padrão de qualidade de conectividade de dados entre todas os prédios, secretarias e a sede da Prefeitura. Uma vez que há ainda uma necessidade de aumento de velocidade dos links devido ao aumento na utilização dos serviços de TI dependentes da Internet, como também, maior disponibilidade das aplicações de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos dependentes da Internet, como Portal Transparência e Portal do Servidor, como também demais aplicações que dependem da comunicação das Secretarias.

Ainda quanto ao procedimento, em se tratando à contratação direta por dispensa de licitação, RECOMENDA-SE o atendimento ao Decreto Municipal nº 03/2024 que assim prevê:

Art. 21. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Na impossibilidade do atendimento do caput, desde que devidamente justificada, poderá ser feita pesquisa direta, com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, podendo ser realizada a contratação da proposta economicamente mais vantajosa.

Frise-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento.

Ressalte-se, ainda, que a lei determina que deve ser selecionada sempre a proposta mais vantajosa sendo, no mínimo, desarrazoado proibir a respectiva contratação direta, conforme as justificativas apontadas.

² Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial



Da análise dos autos, observa-se o atendimento ao Decreto Municipal, através da minuta do Aviso de Dispensa, que dispõe do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o fim de selecionar a proposta mais vantajosa.

Restou observado, em seguida, a Ata da Sessão da Dispensa, com a indicação da empresa com menor valor global e de que atendeu aos requisitos do procedimento documentos da empresa a ser contratada, além da JUSTIFICATIVA DA RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA VENCEDORA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

RECOMENDA-SE, na oportunidade, observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites dispostos para a dispensa de licitação.

RECOMENDA-SE, ainda, a verificação das condições de habilitação da empresa a ser contratada.

Quanto ao instrumento contratual, RECOMENDA-SE, no que couber, a verificação dos itens constantes do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que as recomendações aqui constantes os requisitos processuais foram atendidos quanto à sua instrução, manifesta esta Assessoria Jurídica pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Lagoa de Velhos/RN, 15 de agosto de 2024.

Monalisa C. Barra
Monalisa Cavalcante Barra

Assessora Jurídica